

Rede, Hierarquia e Região de Influência das cidades: um foco sobre a Região Sul*

Rosa Moura **

Débora Zlotnik Werneck***

"(...) não existe cidade sem região, nem região sem cidade."

(Georges Chabot)

RESUMO

O presente trabalho sintetiza os resultados dos estudos do IBGE, Região de Influência das Cidades (IBGE, 1987 e 2000), enfocando particularmente a Região Sul. Inicia tecendo considerações conceituais sobre redes e redes urbanas, e discorrendo sobre os aportes metodológicos adotados pelas pesquisas em análise. Prossegue apresentando um esboço dos possíveis arranjos internos aos sistemas urbano-regionais sulinos (Curitiba e Porto Alegre), identificando subsistemas e comparando a rede de centros hierarquizada pelas pesquisas realizadas pelo IBGE em 1978 (publicada em 1987) e 1993 (publicada em 2000). Conclui oferecendo indicadores populacionais, funcionais e de renda interna dos municípios (esta sintetizada no PIB), nos níveis de agregação conforme subsistemas e centralidades identificadas.

Palavras-chave: *rede urbana, Região Sul, redes, regionalização, centralidades, hierarquia urbana, funções urbanas, pólos, subpólos, sistemas urbanos, subsistemas urbanos.*

ABSTRACT

This article presents a description, particularly of the Brazilian southern region, resulting from the IBGE studies Influence regions of cities. The article begins with considerations about nets and urban nets concepts, and describes the methodology applied in the studies. In sequence, the cities net of 1978 and 1993 – both identified in IBGE studies – are compared. The article concludes offering an essay on possible subsystems configuration inside the southern urban-regional systems (Curitiba and Porto Alegre), also presenting some basic indicators of population, urban functionality and regional gross product.

Key words: *urban net, Southern Region, nets, regionalization, centrality, urban hierarchy, urban functionality, poles, subpoles, urban systems, urban subsystems.*

*Maria de Lourdes Urban Kleinke participou das análises preliminares à elaboração do artigo; Júlio Cesar de Ramos, Lucrecia Zaninelli Rocha, Mariane Barbieri e Renate Winz responderam pelo geoprocessamento das informações; Stella Maris Grazziero, pela comunicação visual.

**Geógrafa, pesquisadora do IPARDES.

***Arquiteta, pesquisadora do IPARDES.

INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE REDES E AOS APORTES METODOLÓGICOS DAS PESQUISAS DO IBGE

A importância de se analisar o arranjo da rede urbana brasileira e, no caso específico deste trabalho, suas articulações no âmbito da Região Sul, decorre da compreensão de que as relações em rede exercem efeitos determinantes sobre a organização do território.

Qualquer tipo de fluxo – das mercadorias às informações – pressupõe a existência de redes, cuja primeira propriedade é a capacidade de conexão, de ligação. Assim, o conceito de rede, consagrado e antigo, é recorrentemente acionado, dado que a multiplicação das redes passa a caracterizar as relações de uma sociedade que se organiza sob estratégias de circulação e comunicação, pautadas, cada vez mais, na instantaneidade e simultaneidade.

Produzindo o espaço com seus fluxos, as redes abrigam um conjunto de elementos fixos (objetos móveis e imóveis, cada vez mais artificiais, que constituem sua base técnica). Os fluxos são sistemas de ações, imbuídos também de artificialidade, numa dialética na qual os “elementos fixos permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam”. (SANTOS, 1999, p.50)

A rede, de modo geral, é técnica e política, “pelos pessoas, mensagens, valores que a freqüentam” e sua existência “é inseparável da questão do poder” (SANTOS, 1999, p.215). Sendo os “nós” das redes lugares de conexão, eles detêm o poder e a referência, pois é por meio da conectividade que a rede solidariza os elementos. Ao mesmo tempo em que têm o potencial de solidarizar, de conectar, também têm de excluir. Como um resultado social, os “organismos de gestão da rede, quer se trate de gestão técnica, econômica ou jurídica não são neutros, eles colocam em jogo relações sociais entre os elementos solidarizados e aqueles que permanecem marginalizados” (DUPUY¹, apud DIAS, 2001, p.148).

A divisão territorial do trabalho atribui a alguns segmentos e lugares um papel privilegiado na organização do espaço, seja funcional ou territorial, dotando-os de maiores condições a especializações, visando à maior concentração de capital, mensagens, valores, circulação de mercadorias e pessoas, possibilitando novas divisões espaciais do trabalho. Como saldo, tem-se uma assimetria nas relações, com aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a mobilidade das pessoas (SANTOS, 1999).

Tal mobilidade – de população e atividades – reorganiza o espaço de forma a fazer com que centros urbanos complexos, verdadeiros aglomerados fortemente concentradores de população e renda, cerquem-se por extensas áreas em processo de esvaziamento. Essa heterogeneidade reproduz-se nas redes que se adaptam às variações do espaço e do tempo, pois são móveis, inacabadas e desenvolvem um movimento que está longe de ser concluído (RAFFESTIN², apud DIAS, 2001, p.147).

Uma rede urbana compreende, pois, a organização do conjunto das cidades e suas zonas de influência, a partir dos fluxos de bens, pessoas e serviços estabelecidos entre si e com as respectivas áreas rurais, constituindo-se “em um reflexo social, resultado de

¹ DUPUY, G. Villes, systèmes et réseaux: le rôle historique des techniques urbaines. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n.23-24, p.231-241, 1984.

² RAFFESTIN, C. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: LITEC, 1980.

complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais" (CORREIA, 2001, p.424). É formada por centros urbanos de dimensões variadas e suas relações dinâmicas, como campos de forças de diferentes magnitudes, que interagem no decorrer do tempo e no espaço. Sua configuração "é consequência de um dado processo de acumulação, mas passa a ser igualmente determinante ao estabelecer requisitos a esse processo". (CARACTERIZAÇÃO, 1999, p.52)

Tais redes não devem ser vistas de forma estanque, separadas dos modos de produção, que lhes garantem a mobilidade dos fluxos. Como aqueles modos de produção contam com agentes geradores e controladores de fluxos, pode-se afirmar que tais agentes acabam por controlar alguns "locais-nós", privilegiados no território, sendo responsáveis pelo desenho e traçado de diversas redes. (IBGE, 2000, p.14)

O progresso técnico e as formas atuais de realização da vida econômica, cada vez mais, tornam as redes globais. A hierarquia urbana se inscreve num contexto econômico internacional que transforma a natureza das relações entre cidades. Esse processo de mundialização não implica que deixe de existir uma estrutura hierarquizada de relações e articulações entre os diversos centros dentro do território nacional, mas torna essas relações cada vez mais mediatizadas por novos determinantes, muitas vezes externos.

Em tempos de competição entre lugares, a diminuição de barreiras espaciais permite às grandes corporações explorar diferenças – disponibilidade local de recursos materiais, qualidades especiais, diferenças locais da capacidade de empreendimento, capital para associações, conhecimento técnico e científico e de atitudes sociais – mostrando que há maior sensibilidade às qualidades espaciais diferenciadas que compõem a geografia do mundo (HARVEY, 1994).

Embora a mundialização das redes aparente enfraquecer as fronteiras territoriais, a despeito das formas de regulação existentes nos territórios, é no lugar que os fragmentos da rede ganham sua dimensão social concreta, evidenciando que a realidade é, ao mesmo tempo, global e local nas redes. Daí que "seriam incompreensíveis se apenas as enxergássemos a partir de suas manifestações locais ou regionais", embora essas dimensões sejam indispensáveis à sua compreensão (SANTOS, 1999, p.214).

Entender seus nós e as relações que entre eles se estabelecem, ou seja, as interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas de desenvolvimento.

Nessa direção, pesquisas desenvolvidas pelo IBGE traduzem com bastante clareza a ordem de fluxos entre cidades brasileiras, revelando a hierarquia entre os centros assim como a abrangência de sua polarização. Duas pesquisas, ambas referentes às regiões de influência das cidades, tornaram-se objeto de consideração particular neste trabalho. A primeira, realizada pelo IBGE em 1978, foi publicada em 1987 (IBGE, 1987); e a segunda, aplicada em 1993, teve os resultados publicados em 2000 (IBGE, 2000).

A fundamentação teórica que orientou essas pesquisas advém da Teoria das Localidades Centrais, de Walter CHRISTALLER³ (apud IBGE, 2000), elaborada em 1933, na qual os lugares adquirem maior ou menor nível de centralidade em decorrência das funções que realizam:

³ CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1996.

Segundo sua proposição, existiriam elementos reguladores sobre o número, tamanho e distribuição das cidades. Independentemente de seus respectivos tamanhos, todo o núcleo de povoamento é considerado uma localidade central, equipado de funções centrais. Essas funções seriam as de distribuição de bens e serviços para a população externa à localidade, residente em sua área de mercado ou região de influência. A centralidade de uma localidade seria dada pela importância dos bens e serviços – funções centrais – oferecidos. Quanto maior fosse o número de suas funções, maior seria a centralidade, sua área de influência e o número de pessoas por ela atendida. (IBGE, 2000, p.17).

É a demanda de bens e serviços por parte da população que, conforme a frequência com que se realiza, torna os lugares distintos entre si. Bens e serviços comprados ou utilizados frequentemente, presumidamente devem ser oferecidos por centros que apresentem um alcance espacial a partir de uma curta distância, com acessibilidade para um volume reduzido de população, que se localiza em área próxima e que tende a procurar centros alternativos. Ou seja “um bem comprado frequentemente implica em sua oferta por numerosos centros localizados a uma distância próxima entre si” (IBGE, 1987, p.11); já, bens e serviços de uso menos frequente caracterizam-se por apresentar alcance espacial maior, resultando em localizações mais distanciadas; e os de uso esporádico e/ou ocasional tendem a uma oferta concentrada em poucos centros, se não em um único centro compondo o papel hierárquico máximo de um sistema urbano. Em outras palavras,

no que tange às necessidades de bens e serviços, a rede de lugares centrais preconiza que quanto mais elementares e frequentes forem aqueles, menores são as distâncias percorridas na sua busca. Contudo, quando assumem características de sofisticação e raridade ou escassez, podem ser responsáveis por deslocamentos de vários milhões de indivíduos, cobrindo um raio de milhares de quilômetros quadrados (SIGNOLES, 1973, apud MIOSSEC⁴, 1976, p.170).

A despeito das considerações e críticas quanto a uma situação ideal exigida pelo modelo referenciado em Christaller, para a configuração de relações hierárquicas entre centros, estudos empíricos concluíram que:

Quaisquer que fossem as condições naturais de acessibilidade, distribuição espacial da população e dos centros, de distribuição de renda, competição imperfeita e monopólios, e padrões culturais, emergiria uma rede hierarquizada de localidades centrais desde que houvesse uma economia de mercado que interligasse entre si numerosas áreas, cada uma com excedentes locais e consumo de bens e serviços não localmente produzidos. (IBGE, 1987, p.12)

A rede das localidades centrais, além de materializar o sistema de produção, articulando circulação, distribuição e consumo, também cristaliza o sistema de decisão e gestão, por meio da localização seletiva de órgãos da administração pública e sedes de grandes corporações, oferecendo um nítido posicionamento hierarquizado dos centros.

Adotada essa concepção teórica, a operacionalização das pesquisas se deu com base na definição de um rol de bens e serviços que, medidos o volume e a origem da procura, traduziram a diferenciação entre as localidades centrais e ofereceram condições para que fosse estabelecida a escala hierárquica dos centros. Em 1978, apoiando-se em um quadro mais amplo que o leque das 12 atividades pesquisadas em 1966, quando foi realizado o estudo que deu origem a esses dois estudos (IBGE, 1972),⁵ a pesquisa define 76 funções centrais (bens e serviços), agrupadas em seis conjuntos hierarquizados designando os níveis de centro metropolitano, centro submetropolitano, capital regional, centro sub-regional, centro de

⁴ MIOSSEC, J.-M. Espace et pouvoir. La localisation de forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique. *L'Espace Géographique*, Paris, n.3, p.165-175, 1976 apud IBGE (2000, p.14).

⁵ A pesquisa realizada em 1973 constituiu uma “revisão atualizada do estudo Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, publicado pelo IBGE em 1972, com base em informações contidas em questionários especialmente preparados e relativos ao ano de 1966.” (IBGE, 1987)

zona e município subordinado. A pesquisa de 1993 considerou 46 funções centrais (bens e serviços), das quais 14 eram de baixa complexidade e freqüentes nas cidades de hierarquia mais baixa, 30 geradoras de fluxos de média a alta complexidade e duas de fluxos relativos à busca de serviços de informação. Foram definidos oito níveis de centralidade: máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco.

Em ambas, os questionários foram aplicados pelo agente do Posto de Coleta do IBGE. Na primeira, sobre um universo de 1.416 municípios, revelados pela pesquisa de 1966 como aqueles que exerciam algum tipo de centralidade além dos limites territoriais dos quais eram sede municipal; na segunda, sobre municípios que cumpriam a exigência de possuírem população total superior a 20 mil habitantes, segundo a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991 (IBGE), ou de serem dotados de pelo menos três das seguintes características: ser sede de comarca, contar com agência bancária, dispor de médico residente na cidade e/ou dispor de emissora de rádio AM. Daí, foram atingidos 2.106 centros do universo dos 4.495 municípios brasileiros de então.

Duas questões compunham os questionários em ambas pesquisas: 1) indique os municípios de procedência das pessoas que usualmente procuram esta sede municipal para a compra de bens especificados ou a utilização de serviços relacionados; 2) indique as cidades onde os moradores deste município vão usualmente comprar os produtos e utilizar os serviços relacionados a seguir, mesmo que sejam encontrados nesta sede municipal (IBGE, 2000). A primeira permite a identificação da área de influência das cidades; a segunda, a definição dos diferentes níveis de subordinação aos centros de maior hierarquia.

As duas pesquisas, por sua base teórica similar, concepção metodológica e operacionalização, permitem comparabilidade – possibilidade não presente entre a primeira pesquisa e seu trabalho de referência básica, realizado em 1966.

CLASSIFICAÇÃO E EVOLUÇÃO DA REDE DE CENTRALIDADES: A REGIÃO SUL NO ARRANJO URBANO BRASILEIRO

Tendo como um dos insumos principais os resultados da pesquisa de 1993 sobre a região de influência das cidades, do IBGE, o estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (CARACTERIZAÇÃO, 1999), coordenado pelo IPEA, realizou uma análise do rebatimento espacial da distribuição da atividade econômica e da população no território brasileiro. Essa análise permitiu classificar os centros urbanos do Brasil, como também identificar as espacialidades de concentração – 12 aglomerações metropolitanas e 37 não-metropolitanas que juntamente com os 62 principais centros urbanos estariam concentrando, em 2000, 56,7% da população brasileira em 440 municípios, ou 7,9% dos 5.507 municípios brasileiros.⁶

O estudo identificou ainda 12 sistemas urbanos, compreendidos como “circuitos da rede urbana com características estruturais e dinâmicas próprias, diferenciados entre si”. Tais sistemas definem-se pela agregação das 33 regiões de influência das cidades, organizando-se no território a partir de metrópoles e centros regionais que possuem “encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco, isto é, entre cidades do mesmo nível, seja hierárquico, dos níveis superiores de polarização para os inferiores”. (CARACTERIZAÇÃO, 1999, p.336). No estudo, as regiões de influência das cidades são definidas como

⁶Conforme IBGE (2001). Em 1996, esses 440 municípios concentravam 55,6% da população brasileira.

o conjunto de centros urbanos hierarquizados como lugares centrais, e suas respectivas áreas de influência, e cujos fluxos de pessoas, mercadorias e informações permitem a conformação de estruturas territoriais relativamente estáveis no decorrer do tempo.

Os sistemas urbano-regionais identificados, nomeados a partir das cidades que os encabeçam ou, quando estas ainda não estão claramente definidas, a partir do território polarizado pelo sistema, e as regiões de influência das cidades que os compõem são os seguintes: 1) Cuiabá - área de influência de Cuiabá; 2) Norte - Belém e Manaus; 3) Meio Norte - São Luís e Teresina; 4) Fortaleza - Fortaleza; 5) Recife - Recife, João Pessoa, Campina Grande e Caruaru; 6) Salvador - Salvador e Feira de Santana; 7) Belo Horizonte - Belo Horizonte; 8) Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Vitória; 9) São Paulo - São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia; 10) Curitiba - Curitiba, Londrina, Maringá e Florianópolis; 11) Porto Alegre - Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo; 12) Brasília/Goiânia - Brasília e Goiânia.

A abordagem generalizada para o Brasil não contemplou pormenores que peculiarizam as redes urbanas regionais, tampouco discorreu sobre a evolução do arranjo dessa rede. Assumindo essa tarefa, o presente trabalho descreve a evolução da rede urbana da Região Sul, promovendo uma leitura detalhada das matrizes resultantes das pesquisas sobre as regiões de influência das cidades, desenvolvidas pelo IBGE, buscando penetrar nas ramificações da configuração mais recente da rede.

A pesquisa de 1993 (IBGE, 2000) classificou nove municípios no nível máximo de centralidade (dois na Região Sul), 24 no nível muito forte e 35 no nível forte (respectivamente, seis e oito no Sul) – tabela 1 e mapa 1. Proporcionalmente, a distribuição dos municípios por níveis de centralidade na Região Sul reproduz a verificada no Brasil.

TABELA 1 - NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES NO BRASIL E NA REGIÃO SUL - 1993

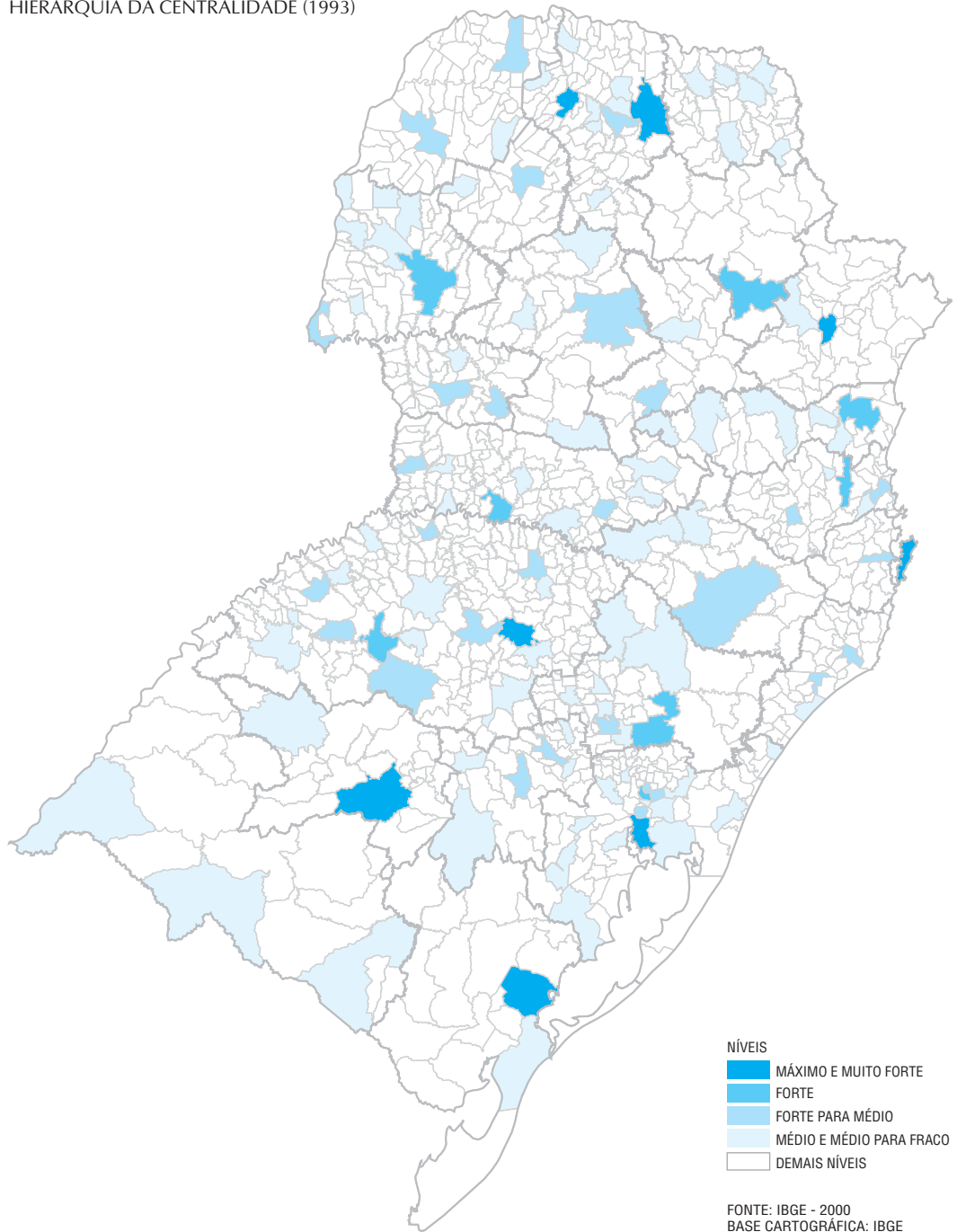
NÍVEIS	BRASIL		REGIÃO SUL	
	Municípios	Distribuição (%)	Municípios	Distribuição (%)
Máximo	9	0,20	2	0,23
Muito forte	24	0,53	6	0,69
Forte	35	0,78	8	0,91
Forte para médio	108	2,40	28	3,20
Médio	141	3,14	36	4,11
Médio para fraco	195	4,34	43	4,91
Fraco	250	5,56	45	5,14
Muito fraco	3733	83,05	707	80,80

FONTE: IBGE (2000)

Os municípios inseridos nas categorias principais da escala da rede urbana, definidas pela alta complexidade dos bens e serviços demandados e pelo elevado alcance de sua influência sobre outros municípios, perfazem um total de 16 centros. Tais centros, distintos do conjunto dos 873 municípios que compunham o território sulino à época da última pesquisa⁷ e distribuídos no espaço de forma equilibrada, diluem a possibilidade de primazia das capitais, diferentemente de outras regiões brasileiras – enquanto em alguns estados aproximadamente metade da população urbana reside nas capitais, na Região Sul, verifica-se que Porto Alegre concentra 13,36%, Curitiba 16,6% e Florianópolis 6,22% dessa população no ano 2000.

⁷No ano 2000, a Região Sul possui 1.159 municípios instalados.

MAPA 1
REGIÃO SUL
HIERARQUIA DA CENTRALIDADE (1993)



Essa rede urbana que vem se consolidando ao longo dos anos passa a se articular a partir de aglomerações metropolitanas e/ou não-metropolitanas. Mesmo assim, o arranjo espacial, ao longo das décadas, vem reforçando também a importância de alguns centros isolados, correspondendo exatamente aos pólos e subpólos regionais do interior, demarcando as rotas da BR 277 (eixo leste/oeste paranaense), BR 285 (noroeste riograndense) e BR 290 (ligando o Brasil à Argentina, via sudoeste riograndense). Fortalece ainda os centros das fronteiras gaúchas com a Argentina e o Uruguai, compondo cidades internacionalmente conurbadas, como resultado de uma sinergia peculiar às trocas que se estabelecem nessas localizações.

A análise da abrangência da polarização, com base na pesquisa do IBGE, mostra o significativo alcance de Porto Alegre e Curitiba, na Região Sul, com níveis de centralidade na classificação "máximo". Curitiba tem a peculiaridade de, além de polarizar toda a rede urbana paranaense, transcender sua polarização para o Estado de Santa Catarina, inserindo em sua rede as áreas de abrangência das principais centralidades catarinenses.

A pesquisa revela outras centralidades expressivas, como Londrina, Maringá, Florianópolis, Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas, todas com nível muito forte; e Ponta Grossa, Cascavel, Joinville, Blumenau, Chapecó, Caxias do Sul, São Leopoldo e Ijuí, no nível forte. A partir destas, organizam-se os subsistemas urbano-regionais vinculados aos sistemas Porto Alegre e Curitiba (CARACTERIZAÇÃO, 1999).

Embora com especificidades, as duas pesquisas realizadas pelo IBGE garantem comparabilidade, revelando as transformações no espaço, em seu intervalo de tempo. Deve-se ter claro que os centros organizam-se em escalas distintas porém compatíveis: na primeira pesquisa, as seis ordens estabelecidas implicavam conceitos próprios de categorias espaciais; na segunda, as ordens se sucedem em oito níveis de influência dos centros, porém são perfeitamente associáveis às categorias espaciais anteriores.

Na rede urbana sulina, a leitura comparativa entre as pesquisas confirma que há, no segundo período, maior concentração no destino dos fluxos para um número menor de centros em classes superiores, constituindo maior polarização e uma definição hierárquica mais nítida (quadro 1).

QUADRO 1 - COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS POR CATEGORIA E NÍVEL DE CENTRALIDADE - REGIÃO SUL - 1978/1993

PADRÃO DO MUNICÍPIO	1978		1993	
	Nível de centralidade	Número de municípios	Nível de centralidade	Número de municípios
Metropolitano	Metrópole Regional	2	Máximo	2
Predominantemente Submetropolitano	Centro Submetropolitano	1	Muito Forte	6
Predominantemente de Capital Regional	Capital Regional	29	Forte	8
Predominantemente de Centro Sub-Regional	Centro Sub-Regional	42	Forte para médio	28
Tendendo a Centro Sub-Regional			Médio	36
Predominantemente de Centro de Zona	Centro de Zona	130	Médio para fraco	43
Tendendo a Centro de Zona			Fraco	45
Municípios Subordinados	Municípios Subordinados	513	Muito Fraco	707

FONTE: IBGE (1987, 2000)

Um olhar sobre os vetores espacializados das relações entre as principais classes das escalas das duas pesquisas (centro submetropolitano, capital regional e centro sub-regional, na primeira, e níveis muito forte, forte e forte para médio, na segunda) evidencia relativa diminuição dos pontos de partida, com reforço dos de chegada (mapas 2 e 3), demonstrando certa seletividade com tendência concentradora.

Também se verifica maior distribuição quanto à quantidade de municípios com níveis superiores de centralidade na pesquisa mais recente, já que, na primeira, eles se concentravam nas capitais regionais e centros sub-regionais, sendo identificado apenas um centro submetropolitano.

A hierarquia captada em 1978 classificava dois centros principais, na Região Sul, Curitiba e Porto Alegre, como centros metropolitanos e reservava a Londrina uma segunda instância de centralidade, como centro submetropolitano. Na pesquisa de 1993, os dois pólos se mantêm na primeira ordem de classificação, que os enquadra no nível máximo de centralidade; e Londrina perde o papel de destaque já que passa a compartilhar o segundo nível de centralidade da escala, correspondente a muito forte, com Maringá, Florianópolis, Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas.

Curitiba e Porto Alegre se posicionam como centralidades com áreas de abrangência intra e interestaduais, em ambas pesquisas, polarizando todos os demais centros da Região Sul. No entanto, a pesquisa de 1993 mostra que Curitiba reforça sua penetração em Santa Catarina, passando a ser procurada por um maior número de centros e suas respectivas regiões (mapa 4), enquanto Florianópolis consolida sua influência interna no Estado (mapa 5). Porto Alegre comanda a rede de cidades do Rio Grande do Sul, penetrando Santa Catarina na área de Chapecó (mapa 6). A pesquisa não estende seu universo além dos limites territoriais brasileiros, situação que poderia evidenciar seu alcance sobre cidades fronteiriças do Uruguai e da Argentina.

São Paulo é demandada por municípios sulinos com níveis de centralidade forte (Ponta Grossa e área de abrangência, Joinville e Blumenau) e muito forte (Passo Fundo). Quanto aos centros com nível máximo, não há informação sobre as relações que estabelecem com Curitiba ou Porto Alegre, pois estes não foram objeto da pesquisa⁸ enquanto procedência/destino de demandas.

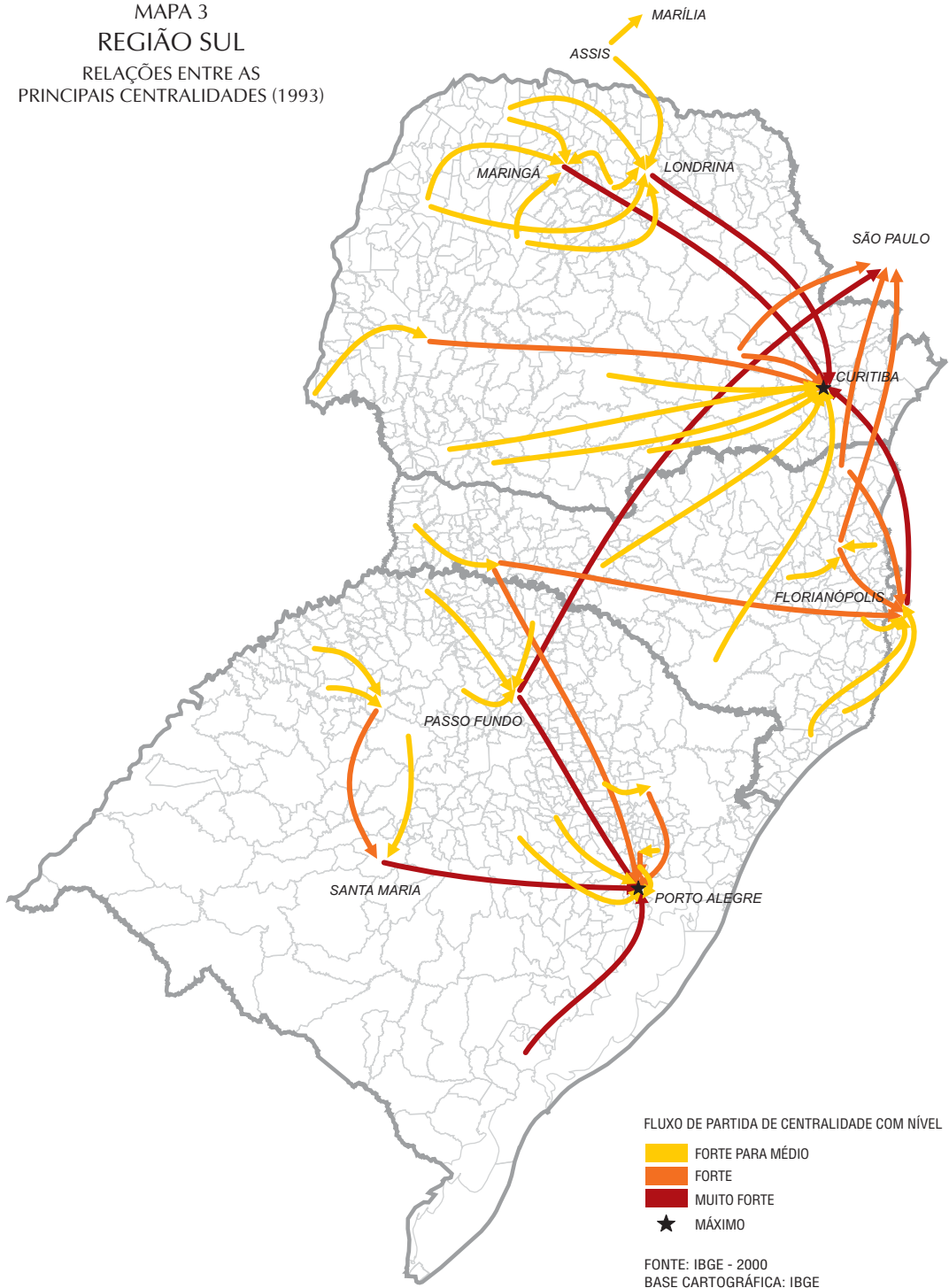
O conjunto das classes intermediárias da hierarquia apresenta uma mobilidade maior na escala sul-regional (quadro 2). No Paraná, mantiveram-se com equivalente ordem de centralidade, além dos municípios das ordens superiores da hierarquia (Curitiba, Londrina, Cascavel, Ponta Grossa nas ordens 1, 2 e 3), Campo Mourão, Francisco Beltrão e União da Vitória, na ordem 4, qual seja a de centro sub-regional, na primeira pesquisa, e, correspondendo a essa categoria, a de centralidade de nível forte para médio, na segunda pesquisa. Passaram para ordens superiores: Maringá (de capital regional para a categoria correspondente ao padrão submetropolitano, enquadrando-se no nível de centralidade muito forte) e Foz do Iguaçu (de centro de zona para o correspondente padrão de centro sub-regional, ou nível de centralidade forte para médio), ambos pólos de aglomerações urbanas com elevadas taxas de crescimento populacional e de participação na renda do Estado.

⁸As cidades de maior porte e possuidoras de mais de uma unidade de coleta do IBGE não foram pesquisadas.

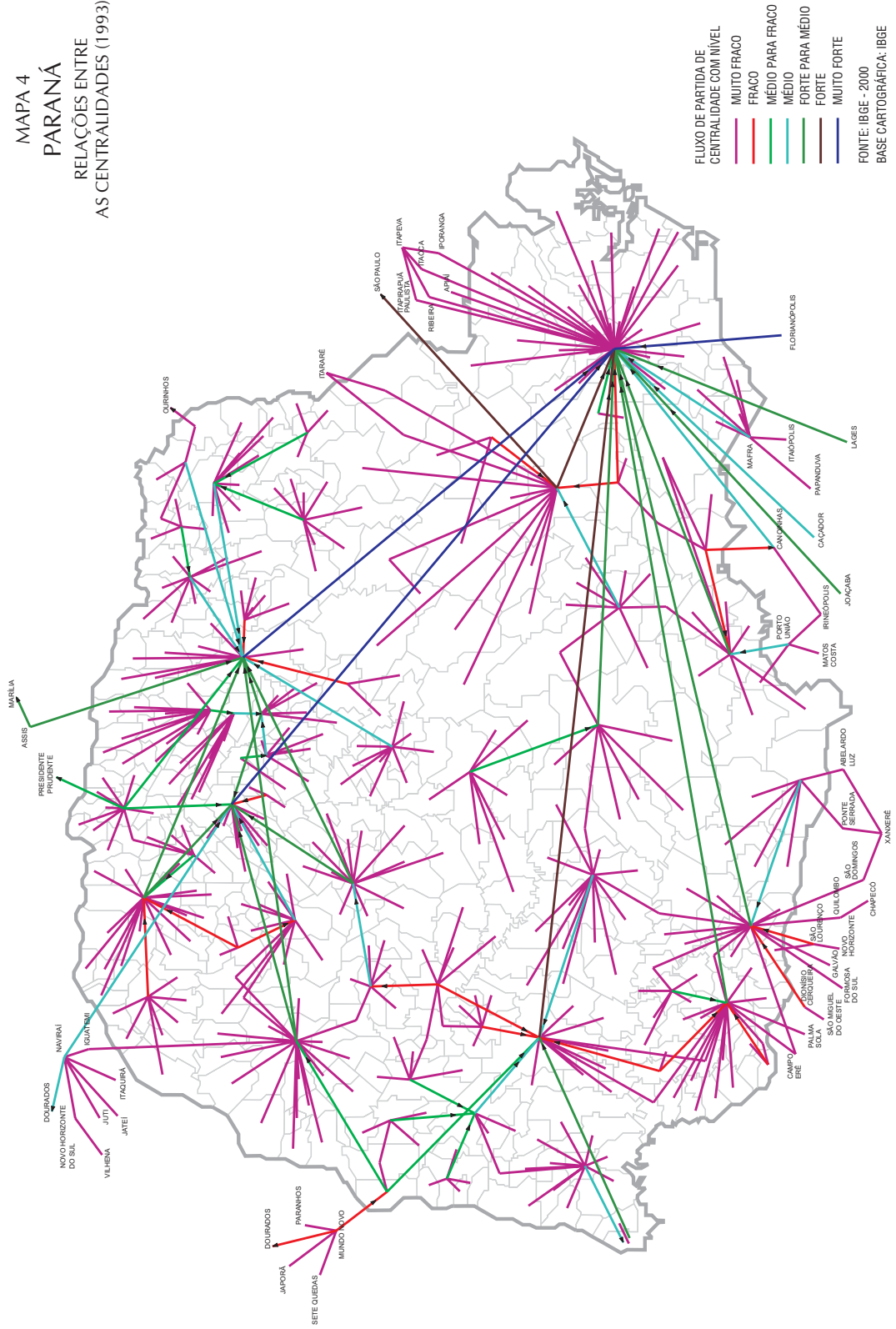
MAPA 2
REGIÃO SUL
RELAÇÕES ENTRE AS
PRINCIPAIS CENTRALIDADES (1978)



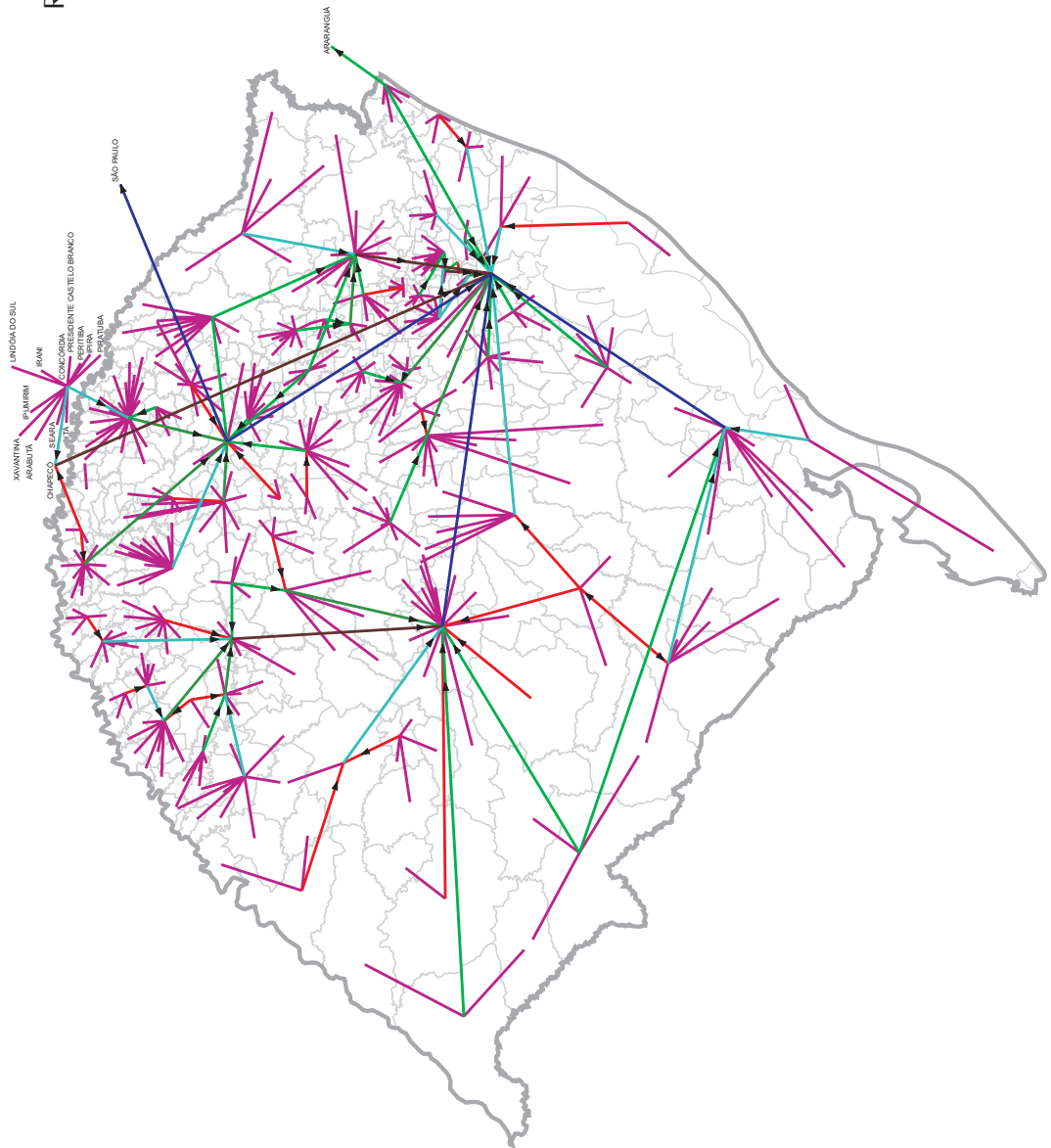
MAPA 3
REGIÃO SUL
RELAÇÕES ENTRE AS
PRINCIPAIS CENTRALIDADES (1993)



MAPA 4
PARANÁ
 RELAÇÕES ENTRE
 AS CENTRALIDADES (1993)



MAPA 6
RIO GRANDE DO SUL
RELAÇÕES ENTRE
AS CENTRALIDADES (1993)



QUADRO 2 - DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL RELATIVAMENTE AO NÍVEL DE CENTRALIDADE - 1987/1993

MUNICÍPIOS	1978	1993	MUNICÍPIOS	1978	1993
Mantêm nível de centralidade			Diminuem o nível de centralidade		
Curitiba-PR	1	1	Apucarana-PR	3	4
Londrina-PR	2	2	Guarapuava-PR	3	4
Cascavel-PR	3	3	Paranavaí-PR	3	4
Ponta Grossa-PR	3	3	Pato Branco-PR	3	4
Campo Mourão-PR	4	4	Umuarama-PR	3	4
Francisco Beltrão-PR	4	4	Arapongas-PR	4	5
União da Vitória*-PR	4	4	Bandeirantes-PR	4	6
Blumenau-SC	3	3	Cianorte-PR	4	5
Chapecó-SC	3	3	Cornélio Procopio-PR	4	5
Joinville-SC	3	3	Goio-erê-PR	4	5
Itajaí-SC	4	4	Ibaiti-PR	4	6
Rio do Sul-SC	4	4	Irati-PR	4	5
São Miguel do Oeste-SC	4	4	Ivaiporã-PR	4	5
Porto Alegre-RS	1	1	Jacarezinho-PR	4	5
Caxias do Sul-RS	3	3	Jandaia do Sul-PR	4	5
Ijuí-RS	3	3	Loanda-PR	4	7
Lageado*-RS	4	4	Nova Esperança-PR	4	6
Bento Gonçalves-RS	4	4	Rio Negro-PR	4	8
Carazinho-RS	4	4	Rolândia-PR	4	6
Frederico Westphalen-RS	4	4	Santo Antônio da Platina-PR	4	5
			Toledo-PR		
Aumentam o nível de centralidade			Criciúma-SC	3	4
Maringá-PR	3	2	Joaçaba-SC	3	4
Foz do Iguaçu-PR	5	4	Lages-SC	3	4
Florianópolis-SC	3	2	Laguna-SC	4	8
São José-SC	7	4	Araranguá-SC	4	5
Tubarão-SC	5	4	Brusque-SC	4	5
Passo Fundo-RS	3	2	Concórdia-SC	4	5
Pelotas-RS	3	2	Jaraguá do Sul-SC	4	5
Santa Maria-RS	3	2	Mafra-SC	4	5
Canoas-RS	6	4	Porto União-SC	4	5
São Leopoldo-RS	7	3	Videira-SC	4	6
Novo Hamburgo-RS	7	4	Bagé-RS	3	5
			Cruz Alta-RS	3	4
			Erechim-RS	3	4
			Rio Grande-RS	3	5
			Santa Cruz do Sul-RS	3	4
			Santa Rosa-RS	3	4
			Santana do Livramento-RS	3	6
			Santo Ângelo-RS	3	4
			Uruguaiana-RS	3	6
			Alegrete-RS	4	7
			Cachoeira do Sul-RS	4	5
			Estrela-RS	4	5
			Lagoa Vermelha-RS	4	6
			Santiago-RS	4	5
			São Borja-RS	4	7
			São Gabriel-RS	4	7
			Taquara-RS	4	5
			Três Passos-RS	4	5
			Vacaria-RS	4	5

FONTE: IBGE (1987, 2000)

NOTA: Legenda:

- 1 Metrópole regional
- 2 Centro submetropolitano
- 3 Capital regional
- 4 Centro sub-regional
- Nível de centralidade inferior

Em Santa Catarina, mantiveram-se em ordens similares: Blumenau, Chapecó e Joinville (todas na ordem 3, ou seja, capitais regionais na primeira pesquisa e com centralidade de nível forte, na segunda, correspondendo a esse mesmo padrão predominante), Itajaí, Laguna, Rio do Sul e São Miguel do Oeste (na ordem 4, ou centro sub-regional, na primeira pesquisa e, posteriormente, com centralidade de nível forte para médio, correspondendo a esse mesmo padrão preponderante). Blumenau, Joinville e Itajaí consolidam-se como aglomerações urbanas fortemente articuladas no complexo urbano no eixo leste do Estado; Chapecó, Rio do Sul e São Miguel do Oeste confirmam-se como pólos sub-regionais. Passam para ordens superiores, além de Florianópolis, São José, segunda cidade em porte populacional e importância econômica em sua aglomeração, que, categorizado como município subordinado, na primeira pesquisa, assume a centralidade de nível forte para médio, na segunda, sendo o foco de convergência das buscas de bens e serviços dos municípios do entorno; e Tubarão, que ascende de centro de zona à posição correspondente de centro sub-regional, ou com centralidade de nível forte para médio.

No Rio Grande do Sul, além de Porto Alegre, que reforça sua posição polarizadora de todo o território estadual, mantiveram a ordem de centralidade Caxias do Sul e Ijuí (na ordem 3, ou correspondente à de capital regional), assim como Lajeado, Bento Gonçalves, Carazinho e Frederico Westphalen (todos na ordem 4, correspondendo a centro sub-regional, enquadrando-se no nível de centralidade forte para médio). Caxias do Sul, Lajeado e Bento Gonçalves integram o complexo metropolitano formado pelas aglomerações de Porto Alegre e Caxias do Sul; os demais articulam-se a aglomerações descontínuas existentes ou com tendência a serem consolidadas no noroeste do Estado. Passam a ordens superiores: Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria (todos de capitais regionais, na primeira pesquisa, para a posição correspondente ao padrão preponderante submetropolitano, ou com nível de centralidade muito forte), além de São Leopoldo e Novo Hamburgo, que ascendem da condição de municípios subordinados a padrões correspondentes aos de capital regional e centro sub-regional, ou níveis de centralidade forte e forte para médio, respectivamente, reforçando a rede urbana da aglomeração metropolitana de Porto Alegre.

Nos três estados sulinos – em Santa Catarina em menor escala –, muitos municípios apresentaram queda na ordem de centralidade, em alguns casos bastante expressiva. De modo geral, essas quedas podem ser explicadas com base em três motivos:

- 1) Inserção em, ou proximidade a espacialidades de concentração, nas quais se reforçam apenas as centralidades mais expressivas, evidenciando um caráter seletivo. Mesmo tendo os níveis de centralidade rebaixados, esses municípios permanecem e até revigoram os padrões de crescimento populacional e participação na renda do aglomerado. Seguem atuando complementarmente a outros que realizam funções mais especializadas e complexas, acentuando-se a distinção entre eles. É o caso dos municípios inseridos e/ou próximos: à aglomeração metropolitana de Porto Alegre (Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul e Taquara); aos complexos urbanos do norte e oeste paranaense (Apucarana, Arapongas, Jandaia do Sul e Rolândia, no norte, e Toledo, no oeste); às aglomerações urbanas do leste e sul catarinense (Jaraguá do Sul e Brusque, e Criciúma e Araranguá), e do sul riograndense (Rio Grande); às aglomerações descontínuas do oeste catarinense (Joaçaba, Concórdia, Videira e Xanxerê), ou noroeste riograndense (Cruz Alta, Erechim, Santa Rosa e Santo Ângelo); aos eixos articulados (Pato Branco e Francisco Beltrão); e às ocupações contínuas de fronteira, como Mafra e Rio Negro, ou mais expressivamente Santana do Livramento e Uruguaiana, que declinam da categoria de capitais regionais passando para a de centros de zona, correspondendo ao nível de centralidade médio para fraco. Essas cidades

fronteiriças sofrem a sinergia da localização contínua a outro centro urbano (Rivera, no Uruguai, e Paso de los Libres, na Argentina, respectivamente), expressando, ao mesmo tempo, um padrão de crescimento populacional acima da média do Estado e uma reduzida capacidade de especialização e/ou complexificação funcional, dada a gestão desarticulada, baseada em modelos de administração concorrentes.

- 2) Localização em áreas sem uma polarização forte e com a presença de muitas centralidades de menor nível e muito próximas umas das outras, como é o caso do Norte Pioneiro paranaense (no qual se aglutinam os centros de Bandeirante, Cornélio Procopio, Ibaiti, Jacarezinho e Santo Antonio da Platina), onde pesa ainda a fragilidade econômica da região.
- 3) Localização em áreas que sofreram mudanças abruptas na estrutura produtiva, não acompanhando a dinâmica dos novos processos produtivos, tendo esgotado sua capacidade de retenção populacional e diversificação funcional. Mesmo assim, permanecem exercendo o papel de pólos regionais, como os centros paranaenses de Paranavaí, Umuarama, Cianorte, Goiô-Erê, Ivaiporã, Guarapuava e Irati; os riograndenses de Bagé, Alegrete, Lagoa Vermelha, Santiago, São Borja, São Gabriel, Três Passos e Vacaria; assim como Lages e Laguna, em Santa Catarina, sendo que este último deixa a posição de centro sub-regional para a correspondente de município subordinado, já que se enquadra no nível de centralidade muito fraco.

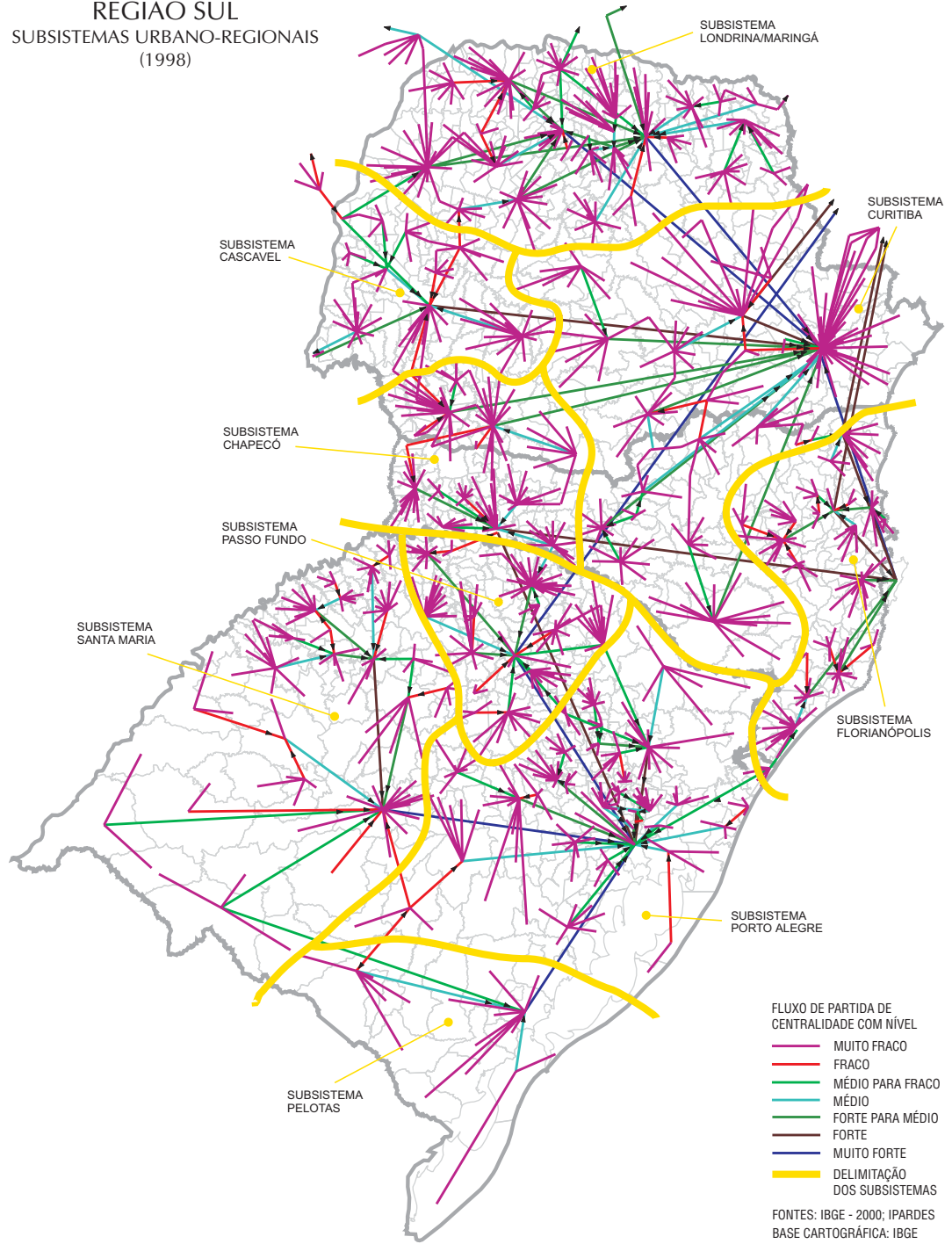
Essa mobilidade de posições guarda, assim, estreita relação com os arranjos na distribuição da população e da atividade econômica, em face da reestruturação produtiva desencadeada na região após 1970. A dinâmica constatada aponta para a importância crescente assumida pelas espacialidades de concentração em território sulino, já que a quase totalidade dos centros que galgaram posições superiores ou se mantiveram em posições de destaque, na escala comparativa, está associada a aglomerações urbanas de caráter metropolitano ou não-metropolitano, a aglomerações descontínuas, a eixos articulados e/ou aos centros isolados com papel relevante na hierarquia da rede urbana regional. Ao mesmo tempo, revela-se a seletividade promovida por essas espacialidades, já que concentram em um número relativamente restrito de municípios as funções de maior complexidade.

UM ESBOÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE SUBSISTEMAS URBANO-REGIONAIS: AS CENTRALIDADES E SUAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA

Com base nos mesmos critérios considerados para a definição dos sistemas urbano-regionais do Brasil (CARACTERIZAÇÃO, 1999), quais sejam, a demarcação dos espaços territoriais submetidos à influência das centralidades, a contigüidade geográfica e a dependência funcional, procurou-se, com maior cuidado, identificar a organização interna a cada sistema.

Foram, assim, percebidos nove subsistemas urbano-regionais, que salientam um conjunto de centralidades expressivas, peculiarizadas por absorverem significativa convergência de demanda de bens e serviços, e por configurarem um nítido recorte de grande extensão geográfica (mapa 7).

MAPA 7
REGIÃO SUL
SUBSISTEMAS URBANO-REGIONAIS
(1998)



Esse olhar mais detido sobre arranjos internos aos sistemas, no momento de delimitar a abrangência dos subsistemas, procurou resguardar as articulações econômicas e sociais entre conjuntos de municípios, mas sempre mantendo a ênfase nas suas relações funcionais. No caso de um município apresentar ambigüidade quanto ao destino de demandas (relações compartilhadas), a opção quanto ao subsistema a ser inserido se deu com o apoio de outros indicadores que confirmassem a maior pertinência de relações. As espacialidades definidas nos estudos da rede urbana regional (IPARDES, 2000) foram elementos norteadores, já que tornam claras as articulações entre centros, a partir da integração entre segmentos produtivos. Essas espacialidades nem sempre foram consideradas como indicadores complementares, sendo determinantes as relações funcionais. Esse exercício meticuloso permitiu estabelecer os limites, com a intenção maior de propiciar a agregação de indicadores relativos aos municípios, permitindo uma leitura de sua importância quanto à distribuição da população e da atividade econômica no conjunto regional (figura 1). Como as redes, esses limites são móveis, implicando uma leitura parcimoniosa e a responsabilidade de buscar manter permanentemente atualizada a pesquisa quanto aos fluxos intermunicipais.

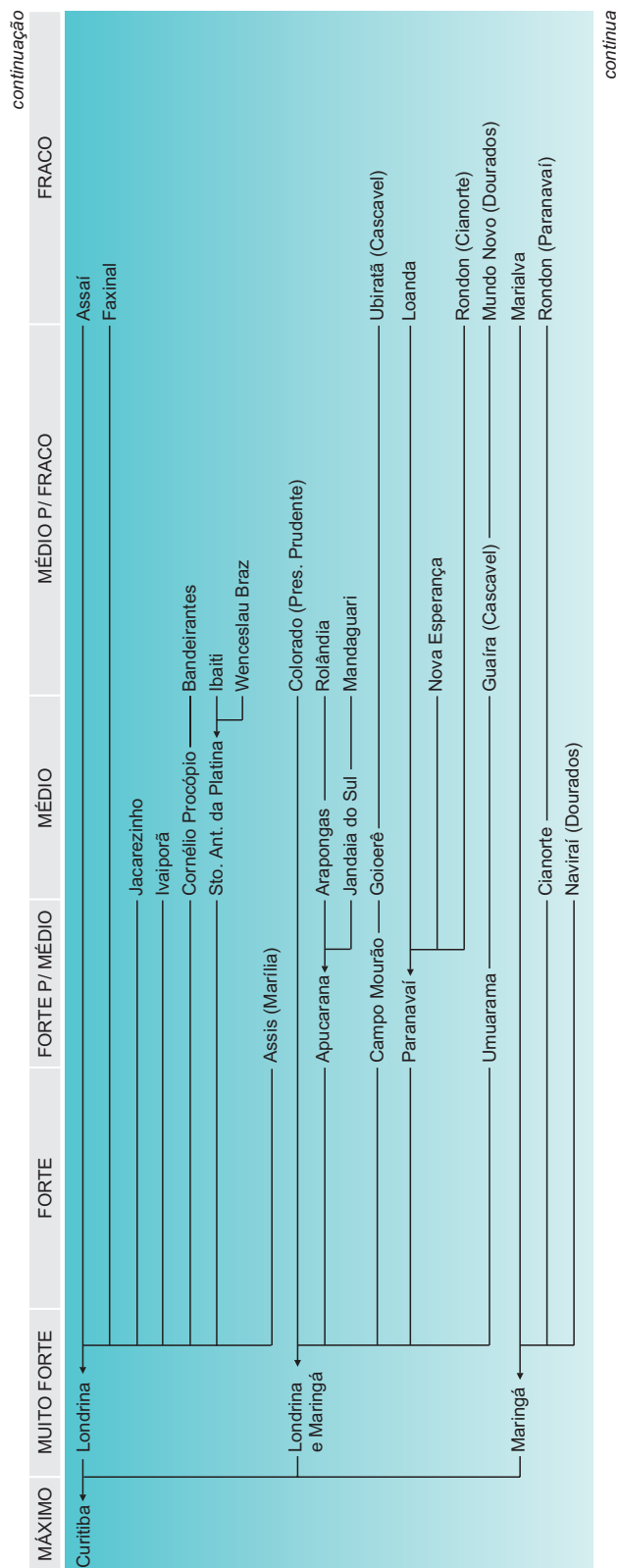
A região de influência direta do subsistema urbano-regional de Curitiba estende-se de nordeste a sudeste do Paraná, compreendendo toda a área metropolitana de Curitiba e do Litoral – onde Paranaguá se destaca pela função portuária, sem adquirir contudo posição de destaque na escala de centros. Penetra nas regiões de Mafra, Canoinhas e Caçador, porções limítrofes do Estado de Santa Catarina, ao longo da BR 116.

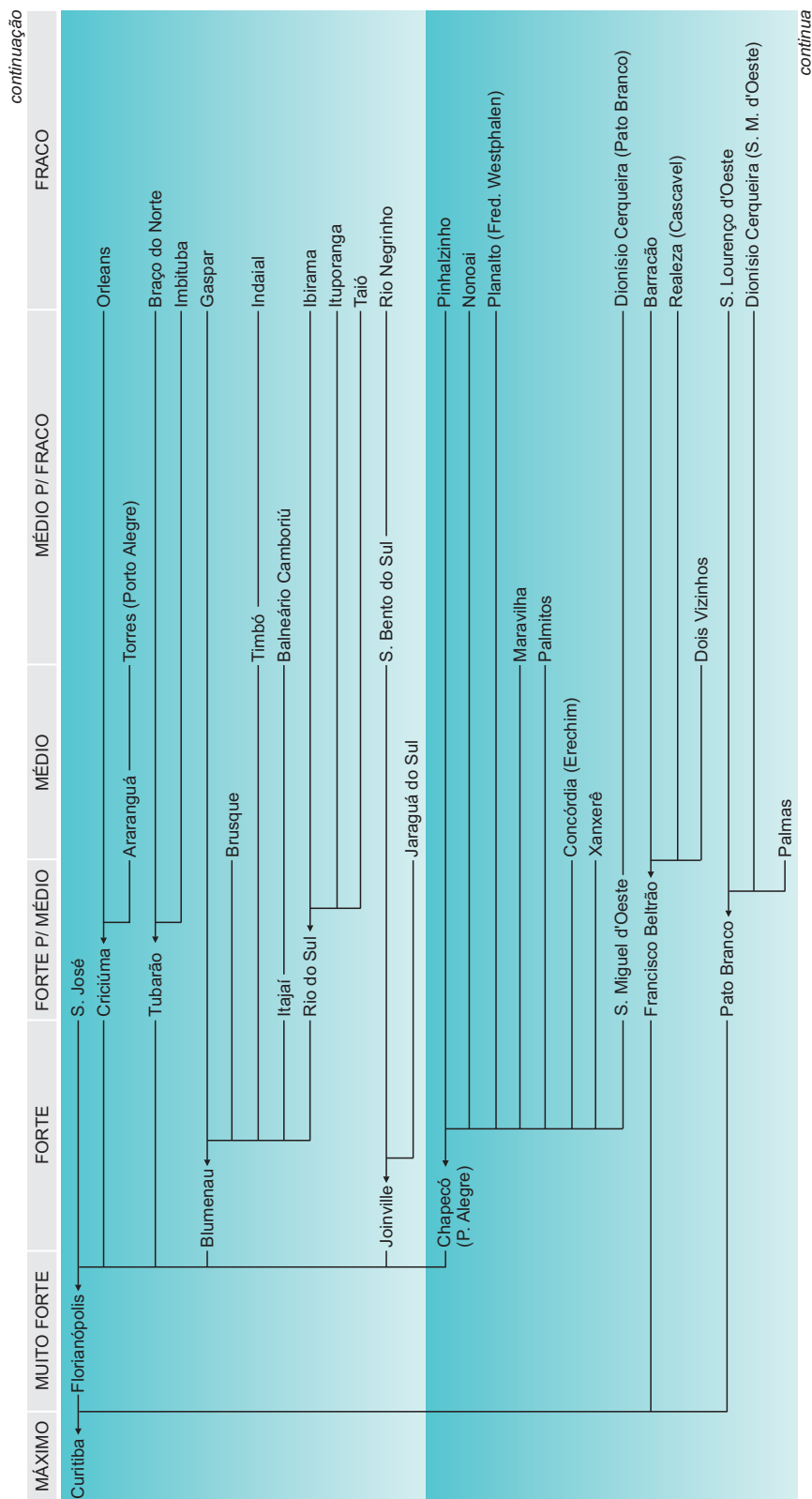
Esse subsistema principal, além de sua região de polarização direta, articula no Paraná as regiões de influência de Ponta Grossa – que além de Curitiba, demanda bens e serviços em São Paulo, sendo o único município com centralidade expressiva no Estado que apresenta essa ordem de ambigüidade –, Guarapuava e União da Vitória – esta exercendo influência sobre municípios catarinenses vizinhos. No sul do Estado de Santa Catarina, articula a de Lages, evidenciando o avanço de sua polarização no eixo da BR 116, e a de Joaçaba que, integrada funcionalmente à região de influência de Curitiba, faz parte da aglomeração descontínua de Chapecó, juntamente com Xanxerê, Xaxim e Videira, articulada por atividades da agroindústria da carne (IPARDES, 2000).

Possuindo uma participação expressiva na economia regional, o subsistema tem sua porção metropolitana, fortemente concentradora, caracterizada por uma estrutura industrial diversificada, constituída pelos segmentos modernos da metal-mecânica e por um terciário complexo. As porções de Ponta Grossa e Guarapuava caracterizam-se pela atividade agroindustrial na linha de *commodities* (soja e trigo) e laticínios, particularmente no caso de Ponta Grossa. Já, União da Vitória e as porções catarinenses, excetuando-se Joaçaba, desempenham atividades tradicionais, tendo sua indústria associada ao extrativismo.

Um segundo subsistema, com vínculos muito estreitos ao subsistema de Curitiba, é comandado por Cascavel, a despeito de posicionar-se na terceira ordem da hierarquia, pelo seu nível de centralidade forte. Sua localização geográfica – no extremo-oeste paranaense –, distante de outras centralidades expressivas, e a extensão da área de influência de sua centralidade atribuem-lhe a condição de articular um subsistema que inclui, em sua rede de centros, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e Toledo. Penetra no Estado do Mato Grosso do Sul, em municípios adjacentes, compartilhando sua influência com Dourados.⁹ Caracteriza-se pela produção agroindustrial de alimentos mais expressiva do Estado, com *commodities* (soja, trigo e milho) e insumos (algodão e mandioca). Foz do Iguaçu posiciona-se como pólo de uma aglomeração que transcende os limites nacionais, compondo relações intensas com cidades fronteiriças do Paraguai e da Argentina.

⁹Essa área de influência compartilhada, localizada externamente à Região Sul, não foi incluída no subsistema de Cascavel, dada a sua maior articulação com a centralidade mato-grossense.





MÁXIMO	MUITO FORTE	FORTE	FORTE P/ MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO P/ FRACO	FRACO	continuação
Porto Alegre							
					Camaquã		
					Gravataí		
					Guaíba		
					S. Jerônimo		
					Torres (Araranguá)		
				Taquara		Capão da Canoa	
				Osório		Caçapava do Sul (Bagé/Santa Maria)	
				Cachoeira do Sul		Mostardas	
				Viamão			
				Montenegro (N. Hamb.)			
				Lejeado	Encantado		
				Estrela			
				Santa Cruz do Sul		Venâncio Aires	
				Sobradinho			
				Sapucaia do Sul		Esteio	
				S. Sebastião do Cai			
				Montenegro (Canoas)			
				Vacaria			
				Lagoa Vermelha (Passo Fundo)			
				Guaporé (Passo Fundo)		Feliz	
				Fairroupilha			
				Nova Prata			
				Bento Gonçalves			
				Veranópolis			
				Rio Grande			
				Sant. do Livramento (Santa Maria)		Caçapava do Sul (Cach. Sul/S. Maria)	
				Bagé			
				Pelotas			

continua

Londrina e Maringá, dada a sua proximidade geográfica, compartilham o comando de um subsistema na porção norte paranaense. Ambos, com nível de centralidade muito forte, transpõem sua área de abrangência sobre os limites de São Paulo e Mato Grosso do Sul, articulando trocas com municípios das regiões de Marília, Assis, Presidente Prudente e Ourinhos, no primeiro Estado, e Dourados, no segundo. Compõem um complexo urbano cuja origem remonta seu processo de colonização, no apogeu do café. Nessa fase, a ocupação se deu de acordo com um projeto de construção de uma rede hierarquizada de centros equidistantes, para apoio às atividades agrícolas. Com o desenvolvimento agroindustrial, essa rede foi reforçando as hierarquias urbanas, configurando hoje um expressivo conjunto com população elevada e alta densidade de ocupação, com complementaridade funcional e importante posição na economia do Estado.

Nesse complexo, a região de influência de Londrina integra diretamente Ivaiporã e as áreas polarizadas pelos centros do Norte Pioneiro paranaense (Cornélio Procopio, Jacarezinho, este também sob influência de Ourinhos, e Santo Antonio da Platina). O Norte Pioneiro foi a primeira região do Estado a sofrer os impactos da crise cafeeira, sem contar com um substrato físico que lhe permitisse realizar outros cultivos.

Londrina e Maringá abrigam conjuntamente as áreas de influência de Apucarana, Paranavaí, Campo Mourão e Umuarama. Essa região bipolarizada desempenha essencialmente atividades urbanas (comércio e serviços) e um setor industrial diversificado com predomínio agroindustrial.

A polarização exclusiva de Maringá se restringe à sua área de influência direta e à de Cianorte, no noroeste paranaense – região de reestruturação agrícola e de pecuária. Descreve uma abrangência bem mais modesta que a de Londrina, o que justifica plenamente a distinção desta no conjunto de Centros Regionais, principal categoria não-metropolitana na escala da rede urbana brasileira (CARACTERIZAÇÃO, 1999).

A amplitude desse espaço bipolarizado teria reforçada sua importância se conjugasse maior articulação nos aspectos econômico-funcionais e nos procedimentos de gestão – seguramente podendo alçá-lo a um grau de importância comparável ao metropolitano.

Também ligado ao sistema urbano-regional de Curitiba, o subsistema de Florianópolis tem na capital do Estado e principal centralidade catarinense o seu pólo. Florianópolis, além de sua área de influência direta, com o patamar ocupado pela segunda principal centralidade de seu aglomerado urbano (São José), articula as regiões de influência de importantes centros como Joinville e Blumenau – duas importantes aglomerações urbanas da porção leste catarinense –, assim como Tubarão e Criciúma – esta também configurando uma aglomeração urbana –, em sua porção sul. É curioso destacar que Joinville e Blumenau acusam também a procura dos bens e serviços pesquisados em São Paulo.

Principal subsistema catarinense, tem destacada importância na concentração tanto da população quanto da atividade econômica. Acompanhando o eixo da BR 101, perpassa áreas que se caracterizam por diferentes atividades: a porção norte-nordeste, polarizada por Joinville, se destaca por uma base produtiva voltada a segmentos modernos da metal-mecânica e plásticos, contando ainda com a presença da indústria da madeira e mobiliário em São Bento do Sul e Rio Negrinho; o Vale do Itajaí, pela indústria têxtil e de confecções, fortemente centrada na aglomeração de Blumenau; Florianópolis, por serviços, fundamentalmente o turismo, assim como a indústria da informática e das telecomunicações; e, no sul, Criciúma, pelas atividades industriais do gênero minerais não-metálicos.

A região que recorta o oeste catarinense e o sudoeste paranaense configura um subsistema interestadual, vinculado ao sistema Curitiba. Esse subsistema se compõe das

nucleações em torno de Chapecó, que se destaca pelo nível de centralidade forte, e de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, e de Pato Branco e Francisco Beltrão, no Paraná. Suas áreas envolvem uma aglomeração descontínua e um eixo articulado voltados às atividades da agroindústria do complexo aves e suínos.

Seus centros desenvolvem fluxos que transpõem também as fronteiras do Rio Grande do Sul, integrando municípios das regiões de influência de Erechim e Frederico Westphalen. Mesmo assim, pelos fortes vínculos existentes entre esses centros e Passo Fundo, eles se inserem em seu subsistema. Representativo dessa interestadualidade, Chapecó demanda bens e serviços em Florianópolis e em Porto Alegre.

Porto Alegre comanda um sistema urbano-regional no qual particulariza a polaridade de um subsistema com área de abrangência direta articulada sob muitos patamares, destacando-se as centralidades de Canoas, Lajeado e Santa Cruz do Sul. Também articulam-se ao subsistema de Porto Alegre as regiões de influência de centralidades com nível forte, como São Leopoldo e Caxias do Sul. São Leopoldo, subcentro metropolitano, compõe uma rede com Novo Hamburgo, que influencia a porção norte da aglomeração metropolitana. Caxias compõe com Bento Gonçalves, Vacaria e Guaporé – esta, juntamente com Lagoa Vermelha, sofre influência de Passo Fundo. Ressalva-se, porém, que articulações de ordem econômica apontam para uma relação de maior proximidade de Guaporé com Caxias do Sul e de Lagoa Vermelha com Passo Fundo.

Nesse subsistema está inserido o principal complexo industrial riograndense, que articula a aglomeração metropolitana de Porto Alegre e a aglomeração urbana de Caxias do Sul, apresentando uma indústria diversificada com peso nos segmentos modernos da metal-mecânica. Articula também as pequenas aglomerações urbanas vizinhas ao aglomerado metropolitano, como Santa Cruz do Sul e a conurbação Lajeado/Estrela. O conjunto é responsável por mais da metade da renda do Estado e a quase totalidade dos investimentos previstos (IPARDES, 2000).

No noroeste riograndense, Passo Fundo articula o oitavo subsistema sulino – integrado ao sistema urbano-regional de Porto Alegre – composto, além de sua região de influência direta, pelas regiões de influência de Palmeira das Missões, Carazinho, Erechim (o qual influencia a região de Concórdia, em Santa Catarina) e Frederico Wetphalen (que indiretamente recebe influência de Chapecó). Passo Fundo, Carazinho, Erechim e Marau configuram uma aglomeração descontínua que articula importante eixo agroindustrial no Estado. Passo Fundo – reproduzindo o constatado em centros catarinenses –, além de demandar em Porto Alegre os bens e serviços definidos na pesquisa, dirige sua busca também a São Paulo.

Inserido no sistema urbano-regional de Porto Alegre, Santa Maria, na porção centro-ocidental riograndense, comanda um subsistema composto pelas áreas de influência de Ijuí, Cruz Alta, Santiago, Uruguaiana e Santana do Livramento, além de sua área de influência direta. Sua economia se destaca no setor de serviços, sendo o centro de uma região agropecuária em retração. Sua porção sudoeste faz parte da “metade sul” do Estado, caracterizada por uma estrutura agrária de grandes latifúndios e considerada uma de suas áreas mais estagnadas economicamente.

A área de influência de Ijuí peculiariza-se por associar sua base econômica à do subsistema de Passo Fundo, revelando certa ambigüidade de vínculos. Como este, Ijuí conforma com Santo Ângelo, Cruz Alta, Santa Rosa, Panambi e Horizontina uma aglomeração descontínua que se articula em atividades agroindustriais (IPARDES, 2000).

Pelotas é, em termos de população abrangida, o menor subsistema identificado na Região Sul, subordinado ao sistema urbano-regional de Porto Alegre. Tem sob sua área de

influência direta Rio Grande, com quem conforma uma aglomeração urbana com contigüidade de mancha de ocupação, e Bagé; e comparte com Santa Maria a influência sobre Santana do Livramento (integrada ao subsistema desta). Sua delimitação como subsistema da porção sul do Estado decorre do fato de ser o principal centro de uma rede dispersa de cidades, com reconhecida extensão territorial, o que interfere no relacionamento com outros pólos, reforçando o papel de sua centralidade. Além disso, há uma relevância histórica que não pode ser desmerecida: já nos idos de 1860, Pelotas e Rio Grande eram considerados os principais pólos industriais do Estado (com os gêneros têxtil e couro), assim como sediavam o principal porto.

Os nove subsistemas identificados, articulados a Curitiba e Porto Alegre, se confirmam e se atualizam na análise de outras matrizes de relações intermunicipais, como as compostas pelas Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) dos anos de 1998 e 1999. Estudos para a regionalização do sistema de saúde (RELATÓRIO III, 2000; IDENTIFICAÇÃO, 2001) demonstram que os municípios com os maiores valores de AIHs e com os maiores índices de capacidade instalada coincidem com as principais centralidades apontadas pelo IBGE, e os contornos dos aglomerados e subaglomerados identificados a partir da convergência dos fluxos de AIHs em muito se igualam às regiões de influência das cidades.

Em ambos, uma leitura mais acurada da abrangência da polarização dos centros deixa clara a dificuldade extrema de delimitação de seus limites regionais, assim como aponta para a permeabilidade das fronteiras interestaduais, acentuando o alto grau de trocas nas áreas fronteiriças.

Ocorrem tais situações tanto nas porções de contato Paraná/Santa Catarina quanto Santa Catarina/Rio Grande do Sul. Na porção sul da aglomeração de Curitiba, Rio Negro e Mafra agregam um conjunto de 12 municípios com forte indefinição de busca dos bens e serviços pesquisados, peculiarizada pela interestadualidade do destino; o mesmo se reproduz no entorno de União da Vitória e Porto União – ambos, casos típicos de aglomerações urbanas fronteiriças.

Com características distintas, porém também criando uma indefinição de destinos interestaduais, a região de Guaíra, no extremo-oeste do Estado do Paraná, exerce influência, compartilhada com Dourados, sobre municípios no Mato Grosso do Sul; no norte central paranaense, Maringá comparte também com Dourados a influência sobre Naviraí, e Colorado demanda bens tanto em Londrina e Maringá, quanto em Presidente Prudente, no Estado de São Paulo; no Norte Pioneiro paranaense, municípios compartilham a busca entre Ponta Grossa e Itararé, este no Estado de São Paulo; e no nordeste riograndense, Torres divide o destino de busca entre Porto Alegre e Araranguá, em Santa Catarina. Essa integração de trocas interestaduais, em seu extremo, leva à composição do subsistema que recorta parte do oeste catarinense e o sudoeste paranaense, no qual, embora os centros principais procurem manter os vínculos intra-estaduais, o conjunto de municípios subordinados confirma a invisibilidade das fronteiras.

Outros inúmeros casos de municípios situados em posições intermediárias entre dois centros, que dividem seu destino de busca, conformando áreas "em movimento", dificultam e mostram a impropriedade da delimitação de unidades regionais estanques. Os mais diversos e subjetivos porquês induzem a tais situações de ambigüidade. Entre eles, devem ser considerados a história, o substrato natural, as infra-estruturas e os elos políticos.

Mesmo compreendendo as dificuldades de estabelecimento dos recortes regionais, é possível ensaiar uma delimitação, como a apresentada, avançando no conhecimento da estrutura reticular e das centralidades. A partir do desenho composto, a soma da população dos municípios dos subsistemas e o número de centros, conforme níveis de centralidade, são reveladores de sua importância na organização do espaço sulino.

LEITURA DOS INDICADORES DE POPULAÇÃO E PIB E DO NÚMERO DE CENTROS, SOB AGREGAÇÃO POR SUBSISTEMAS E CENTRALIDADES

O subsistema articulado por Porto Alegre reúne o maior contingente populacional da região (5.197.906 habitantes),¹⁰ oito centros com níveis igual e/ou superior a forte para médio e 25 com níveis inferiores a este (tabelas 2 e 3). Sobressai-se em relação a Curitiba que detém 4.535.629 habitantes e seis centros com níveis igual e/ou superior a forte para médio e 13 de níveis inferiores. Mesmo assim, há que enfatizar a abrangência territorial da influência desta, que extrapola os limites estaduais.

TABELA 2 - POPULAÇÃO TOTAL DOS SUBSISTEMAS ARTICULADOS AOS SISTEMAS PORTO ALEGRE E CURITIBA, SEGUNDO NÍVEL DE CENTRALIDADE - 1991

SUBSISTEMAS	NÍVEL DE CENTRALIDADE								TOTAL
	Máximo	Muito forte	Forte	Forte p/ médio	Médio	Médio p/ fraco	Fraco	Muito fraco	
1 Porto Alegre	1 263 403	-	458 832	745 155	472 043	648 194	175 438	1 434 841	5 197 906
2 Curitiba	1 315 035	-	233 984	383 016	232 839	293 926	126 242	1 950 587	4 535 629
3 Londrina e Maringá	-	630 392	-	348 683	349 887	194 231	116 108	1 553 785	3 193 086
4 Florianópolis	-	255 390	559 176	546 185	183 354	114 442	216 049	1 027 882	2 902 478
5 Santa Maria	-	217 592	75 157	203 672	160 722	245 988	352 281	752 541	2 007 953
6 Chapecó	-	-	123 050	159 189	137 238	82 123	100 341	785 555	1 387 496
7 Cascavel	-	-	192 990	190 123	187 646	149 872	22 813	453 859	1 197 303
8 Passo Fundo	-	147 318	-	156 020	52 968	104 524	87 060	491 613	1 039 503
9 Pelotas	-	291 100	-	-	291 389	-	-	274 271	856 760

FONTE: IBGE

NOTA: Desconsidera a população dos municípios localizados fora dos três estados da Região Sul.

TABELA 3 - NÚMERO DE CENTROS, DOS SUBSISTEMAS ARTICULADOS AOS SISTEMAS PORTO ALEGRE E CURITIBA, SEGUNDO NÍVEL DE CENTRALIDADE - 2000

SUBSISTEMAS	NÍVEL DE CENTRALIDADE						
	Máximo	Muito forte	Forte	Forte p/ médio	Médio	Médio p/ fraco	Fraco
1 Porto Alegre	1	0	2	5	7	13	5
2 Curitiba	1	0	1	4	1	5	3
3 Florianópolis	0	1	2	5	3	3	9
4 Londrina e Maringá	0	2	0	4	8	7	6
5 Santa Maria	0	1	1	3	4	4	10
6 Passo Fundo	0	1	0	3	1	4	5
7 Chapecó	0	0	1	3	3	3	6
8 Cascavel	0	0	1	1	3	4	1
9 Pelotas	0	1	0	0	2	0	0
TOTAL	2	5	8	28	30	43	45

FONTE: IBGE (2000)

NOTA: Desconsidera o número de municípios integrados no nível muito fraco.

¹⁰Adota-se o Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 1996) por ser o mais próximo ao período da pesquisa.

A distinção entre esses subsistemas é ainda maior quando observado o número de municípios da área de influência mais direta de seus centros principais. Na aglomeração metropolitana de Curitiba, constituída por 20 municípios (CARACTERIZAÇÃO, 1999), apenas Campo Largo aponta nível de centralidade considerável, mesmo assim, médio para fraco, tendo em sua área de influência um único município. Já, na de Porto Alegre, com 39 municípios, encontra-se um município com centralidade forte, São Leopoldo, que tem sob sua área de influência Novo Hamburgo, forte para médio, Sapucaia do Sul e São Sebastião do Caí, ambos médio para fraco; Canoas, forte para médio, com Montenegro (médio), a conurbação Lajeado (forte para médio)/Estrela (médio) e Encantado (médio para fraco); e ainda Taquara e Viamão (ambos médio) e Gravataí, Guaíba e São Jerônimo (médio para fraco).

Colocam-se na seqüência os complexos Londrina/Maringá e Florianópolis: o primeiro com um total de população na ordem de 3,2 milhões de habitantes e um conjunto de seis centros com níveis igual e/ou superior a forte para médio e 21 inferiores; o segundo, com um contingente populacional pouco menor (2,9 milhões de habitantes), organiza um conjunto maior de centros com níveis igual e/ou superior a forte para médio (8), além dos 15 de níveis inferiores a este.

Os subsistemas com população pouco superior a 1 milhão de habitantes colocam-se na seguinte ordem: Santa Maria, Chapecó, Cascavel e Passo Fundo. Santa Maria congrega o maior número de centralidades com níveis igual e/ou superior a forte para médio (5) e também das com níveis inferiores (18). Os demais totalizam entre 10 e 16 centralidades identificadas. Pelotas é o único subsistema que fica abaixo tanto do patamar populacional (856.760 habitantes) quanto do número de centralidades identificadas, tendo apenas um centro com nível forte e dois com nível médio.

Quanto à distribuição do número de municípios e da população por nível de centralidade, em 1991, os dois municípios com nível máximo de centralidade (Curitiba e Porto Alegre) abrigavam respectivamente 15,56% e 13,82% da população total do Paraná e do Rio Grande do Sul (tabela 4). Nesses estados, os três primeiros níveis (máximo, muito forte e forte), representados por cinco municípios no Paraná e sete no Rio Grande do Sul, concentravam 28,08% e 26,85% da população, respectivamente. Num exercício de extrapolação, mantendo-se os mesmos níveis de centralidade para os mesmos municípios, tem-se, no ano 2000, 29,72% no Paraná e 26,79% no Rio Grande do Sul (IBGE, 2001). Esses municípios respondiam, respectivamente, por 47,43% do PIB paranaense (só Curitiba, por 31,24%) e 38,94% do PIB riograndense (26,76%, em Porto Alegre) em 1996 (IPEA, 2001). Tais resultados demonstram comportamentos muito semelhantes quanto à população, entre os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, e relativa proximidade quanto aos indicadores econômicos.

TABELA 4 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS, PERCENTUAL DA POPULAÇÃO E DO PIB, SEGUNDO NÍVEL DE CENTRALIDADE - PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - 1991/2000

NÍVEL DE CENTRALIDADE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS 2000			POPULAÇÃO TOTAL 1991 (%)			POPULAÇÃO TOTAL 2000 (%)			% TOTAL DO PIB ESTADUAL 1996		
	PR	SC	RS	PR	SC	RS	PR	SC	RS	PR	SC	RS
Máximo	1	-	1	15,56	-	13,82	16,60	-	13,36	31,24	-	26,76
Muito forte	2	1	3	7,46	5,68	7,18	7,69	6,22	7,22	10,66	14,35	5,76
Forte	2	3	3	5,05	15,16	5,84	5,43	15,70	6,21	5,53	23,64	6,42
Forte p/ médio	9	8	11	10,17	16,12	12,09	9,89	15,76	11,74	8,71	14,02	11,44
Médio	13	9	14	7,35	10,45	10,69	6,32	10,04	10,09	5,43	10,53	7,72
Médio p/ fraco	14	8	21	6,17	6,16	10,93	5,19	5,78	10,76	4,24	4,62	9,96
Fraco	12	12	21	3,52	4,92	6,77	2,98	5,67	5,95	3,19	4,26	5,32
Muito fraco	346	252	393	44,72	41,50	32,67	45,89	40,82	34,68	31,00	28,57	26,90

FONTE: IBGE

O Estado de Santa Catarina, sem apresentar município com nível de centralidade máximo, concentrava, em 1991, 20,84% de sua população em um município com nível de centralidade muito forte e três com nível forte. No ano 2000, esse percentual passa a 21,92%, enquanto a participação no PIB estadual é, em 1996, da ordem de 37,99%. Florianópolis detém 5,68% da população, em 1991, e 14,35% do PIB, colocando-se como a capital menos concentradora do Sul.

A leitura da concentração se completa com a análise do último nível de centralidade (muito fraco), correspondente aos municípios subordinados. O Paraná é o Estado que tem, proporcionalmente, o maior número de municípios com esse nível (86,72%) e a maior parcela de população habitando esse nível de municípios no ano 2000, 45,89%, perfazendo 31% de seu PIB, em 1996. É seguido por Santa Catarina, com 86,01% dos municípios com esse nível de centralidade, abrigando 40,82% da população catarinense e 28,57% do PIB. O Rio Grande do Sul é o Estado que melhor distribui bens, serviços e renda, tendo 84,15% dos municípios com nível de centralidade muito fraco, onde vivem 34,68% do total de seus habitantes, concentrando 26,9% de seu PIB.

NOTAS FINAIS

Na Região Sul, o arranjo das cidades configura uma rede urbana relativamente equilibrada quanto à distribuição dos principais centros no território, se comparada à de outras regiões brasileiras. O Estado de Santa Catarina se destaca por apresentar um conjunto de cidades menos concentradoras de população.

A principal característica dessa rede, percebida tanto no Sul quanto no restante do Brasil, é a conformação de espacialidades de concentração, resultantes da reestruturação produtiva, caracterizada por atividades agropecuárias comoditizadas, indutoras de fluxos de evasão rural, e por um terciário mais complexo no entorno de centros de médio e grande porte.

Essa conformação mostra que as transformações socioespaciais, resultantes da inserção do país na economia globalizada, estão expressas na rede urbana. Promovendo essa inserção, a complexificação e especialização de centros urbanos intensificam relações verticais entre lugares, o que pode ser motivo de preocupação já que nem sempre as espacialidades das aglomerações em sua totalidade fazem parte dessas relações, acentuando-se suas desigualdades internas. Segundo Santos, essas relações provocam uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros.

Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. (...) Mas os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente construídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. (SANTOS, 1999, p.228)

Propondo-se a estar a postos para oferecer subsídios a essa tarefa de refortalecimento dos lugares, as análises aqui realizadas, particularmente detalhando os resultados do estudo Regiões de Influência das Cidades, para a Região Sul do Brasil, reiteram as finalidades próprias desse estudo: oferecer um quadro de referência do sistema urbano brasileiro a ser utilizado para fins de gestão do território, planejamento regional e/ou municipal, estudos de urbanização e para a racionalização de decisões quanto à localização de diferentes tipos de atividades econômicas ou de infra-estrutura social, quer na esfera pública ou privada (CARNEIRO, s.d.).

Evidentemente, a agregação de informações de caráter demográfico e dos condicionantes econômicos às interações espaciais torna possível ensejar outras análises particularizadas dos diversos centros e de suas respectivas áreas de influência, como forma de fornecer

maiores subsídios ao planejamento e à gestão do território. O resultado dessas agregações abre a perspectiva de estabelecer comparação com outras redes, subsidiar seleção de lugares para localização de atividades, delimitar áreas de mercado e dar suporte a decisões, assim como orientar estudos sobre redes geográficas e urbanização brasileira.

Não obstante as possibilidades abertas, há que se reconhecer as limitações das pesquisas quanto à não-incidência sobre centralidades intramunicipais, presentes nas grandes metrópoles brasileiras, impossibilitando entender a cidade internamente, ou as relações de determinados bairros com municípios adjacentes. Da mesma forma, tais pesquisas deixam uma lacuna ao não captarem as relações estabelecidas entre as maiores e mais importantes cidades (como Curitiba e Porto Alegre, no caso do Sul), não integradas no universo da pesquisa sobre “onde buscam bens e serviços”. Ainda no âmbito das limitações, os resultados criam uma aparência de homogeneidade nos fluxos de relações por não diferenciarem a intensidade desses fluxos entre localidades, dificultando estabelecer padrões distintos de subordinação.

REFERÊNCIAS

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE; Campinas: UNICAMP/IE/NESUR, 1999. 2v. (Coleção pesquisas, 3).

CARNEIRO, M. C. **Regiões de influência das cidades**: rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. 2p.

CORRÊA, R. L. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Ética, planejamento e construção democrática do espaço**: anais do IX Encontro... Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v.1, p.424-430.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

IBGE. **Regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro, 1987.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1996.

IBGE. **Região de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Resultados preliminares do Censo 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>. Acesso em: 10 abr. 2001.

IDENTIFICAÇÃO dos aglomerados de saúde do Estado de Santa Catarina. **Relatório preliminar**. S.l.: s.n., 2001. 5p. Convênio MS/UNICAMP/PUCAMP.

IPARDES. **Redes urbanas regionais: Sul**. Brasília : IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

IPEA. **PIBs municipais**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/PIBsMu/pibs.htm>. Acesso em: 10 abr. 2001.

RELATÓRIO III: identificação e caracterização de aglomerados de saúde: Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul. Campinas: UNICAMP/NESUR/NEPO, 2000. Projeto Organização e Hierarquização de Ações de Saúde. Convênio MS/UNICAMP/PUCAMP.

SANTOS, M. **A cidade como centro de região**: definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Ed., 1959.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.